

O monstro sagrado

Parafraseando a expressão do imortal Eduardo Portela, esse nosso Distrito Federal afinal, está centro-oeste, ou é centro-oeste? É claro que a ninguém passa pela cabeça despir Brasília e o DF de suas funções magnificadas de capital da federação, com todo o *status* que lhe é pertinente de centro das decisões nacionais.

Há porém o fato incontestável de ser Brasília uma das cidades metropolitanas do Centro-Oeste, com uma economia em notável expansão, com uma excelente renda interna, com um porte populacional, que, se de todo extrapolou suas concepções originais, não nos deve levar a chorar pelo leite derramado, mas sim a considerar suas novas funções urbanas e econômicas como uma forma de repensar sua inserção no quadro regional que lhe é próprio, o do Centro-Oeste do Brasil.

Pelas excepcionais condições dos três anos em que Brasília foi erigida, sempre pesou muito nas concepções de ordem geoeconômica (que ilustraram as políticas econômicas e o planejamento do Distrito Federal enquanto cidade-estado), um certo ar de graça, de pioneirismo retumbante, um sentimento de todo-poder, sobre a construção do vazio, que acabou se transformando, estranhamente, num sentimento de exclusão e de introversão, como se fôssemos os caramujos-habitantes do quadrilátero sagrado de Cruls, incommunicáveis em nossa ilha ajardinada, onde basta pensar para acontecer. Em breve, todo o cenário do enlatado americano "Ilha da Fantasia". E sem ironias. E sem mesmo se referir às fantasias do regime passado, pois essa onipotência do ilhéu que recria o mundo segundo sua fantasia (os petistas diriam segundo seu designo de história), vem de muito antes. Vem de Luis Cruls com seu naturalismo romântico definindo o quadrilátero sem água (os atuais mananciais só seguram o consumo até o ano 2.000). Vem da comissão do Marechal Pessoa, extasiada na altura do memorial JK com os duplos feichos de horizonte sobre o vale



do Paranoá e o vale do riacho Torto, definindo para o Plano Piloto duas encostas secas e de péssimas terras, que teriam de ser e foram recriadas para fins de paisagismo da cidade.

Enfim as concepções urbanísticas e arquitetônicas de Brasília, assinadas por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, o que fazer senão atrelá-los à ideo-

logia da onipotência pioneira?

Apesar deste ser (aparentemente) um País destituído de história, é preciso lembrar mais uma vez que a história progressiva do DF está completamente permeada por quase tudo o que o País viveu de experiência histórica: território indígena, bandeirismo, ouro, comércio de tropas vindas da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio, Minas, de Mato Grosso, de Jesuítas, e comerciantes embarcados no Pará e no Maranhão com destino às mais altas cabeceiras do rio Tocantins. Onde? Dentro do Distrito Federal, no lugar das Águas Emendadas.

Faltou portanto, essa virtude da humildade na onipotência, ou antes, esse saber histórico, do concreto, do real, aos grandes idealizadores de Brasília, desde o visconde de Porto Seguro, até Luis Cruls, até Lúcio Costa e Niemeyer, sem falar na postura excludente, a histórica, de sucessivos governos do GDF.

E o que diria de tudo isso, por exemplo, o trabalho social histórico de um certo Sargento-Mor Francisco Alves, em que 3/4/1740 requeria a Sesmária do Córrego Descoberto na passagem do caminho do Goyases? Ou um certo Manoel de Almeida que em 8/11/1739 requeria, no mesmo caminho, a Sesmária de São Bartolomeu, ocupando a principal bacia hidrográfica do DF? Ou até mesmo o que diria um célebre e ambicioso agente arrecadador de impostos, um certo João Pereira da Silva, que em 1740 era provido tabelião do posto fiscal de Lagoa Feia, com jurisdição sobre todo o atual Distrito Federal?

São esses porém exemplos extremados de história. Mas que nos devem levar a refletir mais ainda sobre as funções regionais do DF, ex-ilha da Fantasia.